A voz dos Esquecidos: Um olhar decolonial sobre o Discurso da Memória de Andreas Huyssen (2000)

Karla Tuany Ferreira¹

Resumo

O presente artigo visa elucidar o lugar de fala da América Latina em sua luta política, econômica, cultural e social. Através do ponto de vista de algumas epistemologias, a América Latina acaba sempre em segundo plano no cenário internacional. Vimos por meio das demais de correntes teóricas acadêmicas, que a cultura eurocêntrica é o ponto central e também é vista como detentora do conhecimento e do saber. Desta forma, este artigo aborda a temática do alemão Andreas Huyssen no qual teoriza a respeito da memória da sociedade como forma de representatividade das lutas políticas. Para ele existe um entrelaçamento de passado, presente e futuro, onde tudo está interligado (o presente é apenas a personificação das memórias passadas). A América Latina desde a sua base histórica, é vista como uma terra “descoberta” e colônia dos europeus. Partindo disso, as violências amarradas a nossa história são inúmeras e o seu eixo principal é a classificação racial.

Palavras-chave: América Latina; Decolonial; Memória; Violência.

---

¹ Bacharela e especialista em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA).

Introdução

A América Latina foi e continua sendo um cenário de violências e opressão para seus conterrâneos. Para que essas violências sejam descritas de forma concernente ao ocorrido, é preciso olhar através das lentes do colonizado e não pelo colonizador, como sempre ocorre. Para que isso seja possível, o decolonial entra e problematiza o objeto de estudo, elucidando assim a visão de quem sofreu e sofre as constantes violências causadas pelo Estado, pela sociedade e pela política.

A corrente do decolonial vem para dar lugar de fala a aqueles que a tiveram suas vozes abafadas ao longo da história, e então, essa corrente mostra a perspectiva dos povos colonizados na América Latina. Para pautar essa discussão, o presente artigo traz como objeto de análise o ensaio “*Passado Presente: política, mídia, amnésia*” da obra de Andreas Huyssen (2000) intitulada como “*Seduzidos pela Memória*”.

A obra citada, contém diversos ensaios do autor que abordam a temática do Discurso da Memória como ferramenta de reprodução de conflitos políticos e como uma forma de aproximação com a dor dos que sofrem por conta desses conflitos, portanto, o presente artigo se propõe a análise do ensaio citado e a sua relação com a América Latina.

O Sistema Internacional sempre foi marcado por diversos conflitos sangrentos. As disputas por territórios sempre se fizeram presente. O século XX, é conhecido como a Era das Catástrofes de acordo com Hobsbawm (1994), e entre esses eventos podemos destacar a Primeira Guerra Mundial, a Segunda Guerra Mundial, a Guerra Fria e Guerra da Coréia. Todas essas guerras sempre dispuseram de um intuito no qual defendesse o interesse nacional do Estado (seja pelo viés econômico quanto pelo caráter político).

Como podemos notar, os maiores conflitos lembrados não pertencem a América Latina. São guerras que ocorreram na Europa ou na Ásia, e as batalhas andinas, são eventos secundários na história e vistos apenas como conflitos internos. Entre esses conflitos latinos, podemos destacar os governos militares e as disputas territoriais, por exemplo. Com base nisso, o artigo em questão, apresenta o Discurso da Memória de Andreas Huyssen (2000) que aborda a

questão do “uso emergente da memória como uma das preocupações culturais e políticas centrais das sociedades ocidentais” (p.09).

O presente artigo traz o estudo a respeito da decolonialidade do poder. Portanto, será apresentado o período colonial da América Latina, apresentando as formas de violências que os latinos têm sofrido desde o marco da história apontado pelo decolonial, o ano de 1492. E por ser um texto decolonial, o contexto histórico latino-americano será apresentado em primeiro momento.

Já a segunda seção, contará com a temática da teoria do Discurso da Memória abordando suas primícias e perspectivas, explorando o olhar do autor alemão ao fazer o apontamento de que a memória da humanidade sempre levará para o “Holocausto”, e partindo dessa memória, o ser humano se compadece do demais conflitos políticos. Já na segunda seção do artigo.

E por fim, encerramos o artigo apresentando a contraposição da teoria de Huyssen (2000) com a colonialidade do poder, demarcando por sua vez, a ausência da visibilidade com as lutas e opressões vivenciadas diariamente pelos andinos desde o amor co decolonial o ano de 1492.

É de suma importância ressaltarmos que a América Latina está “condicionada” a inferiorizar sua cultura latina, suas dores e lutas, pelo fato de que o eurocentrismo está enraizado em sua existência. E com isso, os povos latinos são levados a “acreditar” que a sua luta não pode ser comparada aos outros conflitos que ocorrem na Europa por exemplo. Desta forma, acabam então por sua vez, serem propensos e colonizados a sempre “aceitar” as opressões que os tangem, e replicar esse comportamento, com colonialidade internas.

A América Latina: Lutas e Opressões

Ao abordarmos a respeito do América Latina, precisamos falar através das lentes de quem vive as constantes formas de opressões. No campo da acadêmia, há diversas correntes teóricas, como o realismo, liberalismo, teoria crítica, e ainda não respondendo a todos os questionamentos, surgem então as teorias pós-coloniais. No entanto, ainda havia a necessidade de uma análise com um maior

aprofundamento nas opressões latinas, e com para suprir tal aspecto, surge uma corrente epistêmica decolonial.

A epistemologia Decolonial, pode ser objetivada na seguinte afirmativa:

problematizar a manutenção das condições colonizadas da epistemologia, buscando a emancipação absoluta de todos os tipos de opressão e dominação, ao articular interdisciplinarmente cultura, política e economia de maneira a construir um campo totalmente inovador de pensamento que privilegie os elementos epistêmicos locais em detrimento dos legados impostos pela situação colonial. Grosfoguel aponta que “é preciso descolonizar não apenas os estudos subalternos como também os póscoloniais” (REIS; ANDRADE, 2018, p.3 *apud* ROSEVICS, 2017, p. 189).

Com base no decolonial, é possível identificarmos que o fator preponderante da primeira violência sofrida nas terras andinas foi a classificação social que o eurocentrismo trouxe para o mundo. Quijano (2005) irá abordar que a história dessa classificação é inexistente ao período que antecede as Américas. Após os colonizadores chegarem as terras da América Latina, houve então essa “noção” de dividir os povos de acordo com suas raças. E essa divisão se deu como “*índios, negros e mestiços*” (p. 117). Os povos então passaram a serem “catalogados” de acordo com seus fenótipos, onde aqueles que tivessem a pele negra, eram (e ainda são) colocados como uma raça inferior a branca na hierarquia eurocêntrica. Quijano (2005, p. 118) ainda irá salientar que:

Na América, a idéia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova id-entidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da idéia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas idéias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal.

A partir disso, outros fatores também foram acrescentados para classificar o povo colonizado: como gênero, trabalho, idade e território. Partindo dessa classificação eurocêntrica, as violências na América Latina não tiveram mais fim. Até os dias de hoje os povos latinos sofrem ao serem considerados apenas “seguidores da europa”.

A título de exemplo, podemos citar que usamos em grande parte epistemologias de saberes europeias, nosso paladar se projeta com gostos da comida europeia (como se fossem “mais refinadas”), não nos identificamos como povos latinos, e replicamos violências internas ao entendermos que o que está “acima” ou do “norte” de nós é o melhor para todos.

Por conta disso, a América Latina foi palco de diversos genocídios, diversas batalhas sangrentas, golpes militares financiados, e, no entanto, tudo isso é considerado na maioria das vezes apenas um borrão na história. A partir do ano de 1492, os povos nativos da América Latina sofreram demasiadamente com a colonização.

Os europeus chegaram nas terras e automaticamente se intitularam como os “descobridores”. Baseado nisso, podemos indagar se antes da chegada dos europeus, onde estavam os povos nativos? Seria então a América Latina uma porção de terra não habitada?

A resposta claramente é a de que eles foram sucumbidos pelo fator da exploração. Assim que os navios desembarcaram em terra firme, a colonização deu início e os povos da América Latina foram colocados como figurantes na história. Quijano (2005) irá salientar os colonizadores dividiram os povos (agora os nativos, os escravos oriundos da África e os mestiços) pela cor de cada um, conforme já mencionado.

Com relação a coloração da pele, a cor branca, de acordo com o eurocentrismo, é superior as demais. Isso ocorre por a cor ter a simbologia da pureza, de algo limpo, algo superior, além de que os colonizadores eram homens brancos, “detentores de capitais”, e, portanto, na hierarquia europeia, eram a raça superior.

Para os colonizadores, havia a necessidade de uma separação entre dominadores e dominados, civilizados e bárbaros. Com isso, os colonizadores estabeleceram que “(...) *raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial*” (QUIJANO, 2005, p. 118).

A partir da chegada dos colonizadores europeus, Assis (2014, p.614 *apud* QUIJANO, 1997) teoriza a respeito de que houve um “desdobramento das colonialidades de poder, ou seja, colonialismos que não se desapareceram com o período colonial”. Dessa maneira, iniciou a colonialidade do poder nas terras

latinas, e vem se estendendo até o cenário atual. As violências na América Latina não foram poucas, elas estão desde exploração de mão de obra e matéria prima, expropriação de terra camponesa, depreciação de elementos culturais da região até o próprio povo acabar “esquecendo” de suas raízes.

Todos os dias, o mundo é bombardeado com a ilusão de uma cultura “sofisticada”, de um vocabulário mais “erudito” que acaba passando de geração a geração. Uma forma de tentativa para mensurar o tamanho da violência que os povos nativos sofreram, seria analisarmos, por exemplo, que a língua materna foi “esquecida” e a região acabou tendo como idioma oficial a língua portuguesa, espanhola e francesa, deixando assim o Guarani, como por exemplo, que por sua vez acabou ficando como parte de uma minoria e como uma língua secundária.

Em suma, pode-se assim entender que “a colonialidade do poder é a classificação social da população mundial ancorada na noção de raça, que tem origem no caráter colonial, mas já provou ser mais duradoura e estável que o colonialismo histórico, em cuja matriz foi estabelecida” (Assis, 2014, p.614 *apud* Quijano, 2000).

O Discurso da Memória: O Processo

Andreas Huyssen (2000) é escritor alemão, crítico de literário e doutor em Literatura Comparada na Universidade Colúmbia. Seus estudos são baseados na arte, memória e cidade como forma de compreensão em relação a deterioração do tempo. Huyssen (2000) irá pautar sua discussão na memória em lutas políticas.

Segundo o autor existe uma “emergência da memória como uma das preocupações culturais e políticas centrais da sociedade” (p.09). Como as lutas políticas são partes da sociedade, Huyssen (2000) percebe que o cinema nada mais é do que a imaginação política de nossas memórias, e por tanto, replicamos nas imagens toda a nossa luta.

De acordo com Huyssen (2000), o tema a respeito de memória começou a emergir em meados da década de 1960, no ocidente, após “o rastro da descolonização e dos movimentos sociais em sua busca por histórias

alternativas e revisionárias” (p.12).

Já nos Estados Unidos, o seu início ocorreu na década de 1980, com um programa televisivo chamado de “Holocausto”. A Memória do holocausto nos traz a mente, as queimas de livros, o genocídio, a ascensão de Hitler ao governo nazista, e entre outros diversos acontecimentos. Para Huysen (2000), o Holocausto passou a ser um lugar comum universal que, como por exemplo, as políticas genocidas em Ruanda, na Bósnia.

Depois do Holocausto, Huysen (2000) vai citar que nos Estados Unidos houve uma prática de difusão da memória, como a criação de museus históricos, canais televisivos, uma abordagem a respeito da memória traumática, sendo que após os eventos do genocídio do Holocausto a psicanálise sobre traumas passou a ser ampliada.

Ainda se tratando a respeito do Discurso da Memória, Huysen (2000) nos leva a refletir sobre a proporção que o Holocausto têm como evento global. O autor irá descrever que o Holocausto é como um prisma e que através dessa lente podemos enxergar outros exemplos de genocídios, já que para ele, o Holocausto é um evento universal e que sua predominância está além da história. Esse genocídio passa a ser “uma figura de linguagem universal para começar a entender situações locais e específicas, historicamente distantes e politicamente distintas do evento original” (p.13).

Huysen (2000) ainda ressalta que o Holocausto passou a ser protagonista no cenário internacional, porém, na trama também existem eventos secundários que constroem essa memória política da sociedade. Como exemplo o autor descreve o choque da sociedade com um navio “supostamente não-naufragável” (p.14) e com isso a indagação de esse evento ter causado impacto social através dos anseios da metrópole, de um futuro que ficou no passado (retrocesso) ou apenas como um erro da modernidade.

Ainda nesse ponto, fica a questão de nossa memória ser marcada por objetos que por sua vez, transpassam para a história. Para Huysen (2000), “não há dúvida de que o mundo está sendo musealizado e que todos nós representamos o nosso papel nesse processo” (p. 14).

A teoria a respeito do Discurso da Memória traz um enorme paradoxo. Notamos que se existe uma memória ou lembranças, também existe a possibilidade do esquecimento. De acordo com Huysen (2000) “Freud teoriza que a memória e o esquecimento estão indissolúveis e mutuamente ligados; que

a memória é apenas uma outra forma de esquecimento e o esquecimento é uma forma de memória escondida” (p.18).

Apesar de o autor exaltar a memória do Holocausto, ele faz uma crítica a respeito do boom da cultura moderna de amnésia contemporânea, de tal modo que, para ele a sociedade tem sofrido com o esquecimento devido a ascensão da globalização (internet, televisão, imprensa).

Ainda que esses adventos possam nos trazer a facilidade de termos memórias, eles também podem ser a causa do esquecimento já que que esses produtos nos trazem “memórias imaginadas²” e que elas por sua vez, são fáceis de esquecer.

Entretanto, o evento do Holocausto transpõe esse esquecimento. Como citado acima, programas de televisão reproduzem o ocorrido, museus são construídos, monumentos são levantados, e esses fatores são uma forma de memória e ao mesmo tempo esquecimento do genocídio. Como exemplo disto, o autor cita que a Alemanha por sua vez, está na tentativa de remissão de seu passado histórico e seus teóricos irão chamar esse processo de inflação da memória³ Mas como podemos perceber, de uma forma ou de outra o Holocausto se faz presente no discurso político e se mantém na memória da sociedade, independente de da sua localização geográfica.

Ao nos depararmos com os ensaios de Huyssen (2000) a respeito da cultura de memória, o autor irá patentear a discussão da necessidade de se trazer as memórias políticas através da arte, que de acordo com a comentarista do ensaio em questão, Naclério (2015, p. 190) afirma que:

o objetivo é dar um lugar para a memória nas artes, na política e na defesa dos direitos humanos e serve de alerta para o perigo que é o processo de instrumentalização da memória, passível de ser transformada em um produto da indústria cultural, uma vez que ela pode ser manipulada e nem sempre apresenta características positivas, podendo estar a serviço das ideologias mais radicais ou sujeita aos abusos políticos e econômicos.

---

² Memórias Imaginadas é a reprodução através de conteúdos audiovisuais, trazendo assim diversas perspectivas da história para o telespectador.

³ Inflação da Memória: Tentativa de “apagar” o passado.

Com isso, podemos perceber que o papel da América Latina nas discussões é inferiorizado. Por tanto, percebermos que há uma carência de representatividade latina, seja na acadêmica, meios midiáticos e afins.

Memória e Amnésia: a voz dos esquecidos

Na presente seção, abordaremos a respeito de como as lutas andinas são deixadas ao longo da história. No que tange ao Discurso da Memória em *“Passado Presente: política, mídia, amnésia”*, notamos que Huysen (2000) discorre sobre a América Latina e a África do Sul. O autor irá discorrer em referência as tentativas práticas no mundo pós-colonial sobre a cultura de memória. Como já mencionado na primeira seção, o mundo passou a ser musealizado, como uma forma de manter a memória e também de esquecer o passado.

No entanto, para ele (HUYSEN, 2000, p.17):

Quaisquer que possam ser as diferenças entre a Alemanha pós-guerra e a África do Sul, a Argentina ou o Chile, o lugar político das práticas de memórias é ainda nacional e não pós-nacional ou global. Isto traz implicações para o trabalho interpretativo. Embora o Holocausto, como lugar comum universal na história traumática, tenha migrado para outros contextos não relacionados, deve-se sempre perguntar se e como ele reforça ou limita às práticas de memórias e as lutas locais, ou se como ele pode executar ambas funções ao mesmo tempo.

A crítica em questão, é exatamente sobre essas práticas locais. Como visto anteriormente, o Holocausto não foi o único evento traumático na história. De forma alguma devemos diminuir a proporção da dor que foi causada neste contexto, entretanto, diversas violências foram praticadas na América Latina que perduram até o cenário atual.

A problemática, é concernente de que as colonialidades permanecem ao longo da história. A América Latina foi palco para os mais perversos

torturadores em seus governos militares, onde todos aqueles que se opunham à ditadura, foram tirados de “cena”, torturados e mortos de forma cruel.

Como isso, podemos indagar de como nossas práticas de musealização são apenas consideradas internas? A colonialidade do poder vem em sua forma mais violenta, limitar a nossa luta contra as opressões. Por qual motivo somente o Holocausto seria o evento impulsionador de memórias políticas traumáticas? Para que possamos responder esses e outros questionamentos, é possível nos basearmos no que BARROS (2014, p. 321) escreve

O racismo e o etnocentrismo são produtos da empresa colonial na América. Logo após esse evento que durou séculos, todo o restante do mundo colonizado foi dominado segundo as novas categorias elaboradas durante a empresa europeia em nosso continente. Há mais de cinco séculos as categorias de progresso e raça têm sido utilizadas como componentes básicos das relações de poder em todo o mundo. Depois da empresa colonial em todos os continentes, a colonialidade não há deixado de ser a forma de atuação sistemática segundo a qual as potências hegemônicas agem em relação às antigas colônias.

Vejamos que o olhar para a América Latina (ou às antigas colônias), estão sempre delimitados a “superioridade” europeia. Neste ponto, podemos voltar a questão da classificação de raça do eurocentrismo no qual perpetua as diversas colonialidades de poder (colonialidade do saber, do ser, do ver, do ouvir, do falar). Mesmo que haja uma classificação para cada uma delas, é notório que a América Latina no que se diz sobre ter a sua “voz” na história, é ocultada do debate.

De acordo com BALLESTRIN (2013, p.101):

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial de poder capitalista. Se funda na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do dito padrão de poder e opera em cada um dos planos, âmbitos e dimensões materiais e subjetivas, da existência social cotidiana e da escala social. Origina-se e mundializa-se a partir da América (*apud* Quijano, 2000, p. 342).

Podemos ressaltar que esse padrão mundial é inconscientemente projetado na memória dos povos latinos, que por sua vez, acabam “aceitando” que qualquer advento internacional possuem uma proporção maior do que a sua causa nacional. Seriam então as lutas latino americanas são menos traumáticas do que o Holocausto?

Seriam as práticas de reprodução de memórias apenas algo interno? E quanto aqueles que deram seus sangues nas ditaduras ou nas guerras territoriais? Deve-se deixar o seu papel oculto na história? E por que fazer isso? Seria porque os valores latinos são menores do que a Europa ou os Estados Unidos?

Muitas das vezes, não se para contestar o papel da América Latina no contexto histórico político. Não é perceptível, por exemplo (agora mencionando o papel das mídias audiovisuais), que enquanto grandes centros produzem as memórias latinas, que elas estão sendo apontadas de acordo com a visão e o panorama dos opressores e não dos oprimidos.

Nisto, podemos concordar com Huysen (2000) de que a mídia nos transmite memórias imaginadas e por tanto são projetadas para que o telespectador tenha em sua memória, as lembranças nas quais a mídia acredita que sejam necessárias. Através disto, observamos que as reprises de conflitos políticos latinos, são apenas vislumbres dos centros opressores, e por bastante, replicadas no âmbito interno e global.

Conclusão

Em suma o presente artigo propõe a discussão a respeito do Discurso da Memória estar atrelado ao Holocausto e como se a partir disso, o mundo das memórias políticas traumáticas pudesse passar a “existir”. O autor em seu ensaio *“Passado Presente: política, mídia e amnésia”* através do livro *“Seduzidos pela memória”* acaba pontuando a discussão de que o ser humano

é impulsionado pelas suas memórias, por isso há construções de políticas, monumentos, museus, obras literárias e audiovisuais.

Também é citado por Huysen (2000) que o Holocausto é o impulsionador, porém os conflitos internos de determinado povo (e ele cita o *Apartheid* da África do Sul, Argentina e Chile) são apenas práticas internas e não globais. O que não é de fato, já que os países citados foram países colonizados pelos europeus, forçando-os a seguirem sua cultura, seus costumes e práticas, aplicando a violência como forma de manter o domínio aos colonizados.

É importante ressaltar que a América Latina sempre foi esquecida ao longo da história, assim como a África, e os demais países que não estão no rol de classificação social eurocêntrica. Por tanto, se torna fácil para quem não vivenciou as opressões afirmar que os conflitos ocorrentes na região não podem ser considerados globais e sim práticas internas, assim como suas formas de memórias traumáticas desses conflitos.

Finalmente, a epistemologia decolonial, (corrente teórica que surge com o propósito de mostrar o lugar de fala do subalterno) tem por sua vez, a perspectiva dos povos latinos em relação as superações raciais, sociais, econômicas, políticas e culturais, apontando o discurso das opressões que a América Latina vivencia desde o período colonial, em meados de 192.

Referências bibliográficas

ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. Do Colonialismo à Colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo. Salvador. Caderno CRH. 27, n. 72, p. 613-627, set./dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v27n72/11.pdf> (acesso em: 01.08.2023).

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. Revista Brasileira de Ciência Política, v. 11, p. 89-117, 2013.

BARROS II, João Roberto. Progresso e Raça: Iluminismo e Descolonialidade Epistêmica. Revista de Filosofia. Fortaleza, CE. v. 11 n. 22, p. 319-350, 2014.

HOBBSAWM, Eric. A Era dos Extremos: O Breve século XX. 2 ed. Rio de Janeiro. Companhia das Letras. 1994.

HUYSSSEN, Andreas. Seduzidos pela Memória: arquitetura monumentos e mídia. Ensaio “Passado Presente: política, mídia, amnésia”. Rio de Janeiro. Aeroplano. p. 9-40, 2000.

NACLÉRIO FORTE, Graziela; “Andreas Huyssen, Culturas do passado-presente - modernismos, artes visuais, políticas da memória. Rio de Janeiro, Contraponto, 2014, 213 páginas. En caiana. Revista de Historia del Arte y Cultura Visual del Centro Argentino de Investigadores de Arte (CAIA). No 7 | 2do. semestre 2015, pp. 189- 190. Disponível em: <http://caiana.caia.org.ar/template/caiana.php?pag=books/book.php&obj=222&vol=7> (acesso em: 01.08.2023).

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. Buenos Aires. CLACSO. 2005. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sursur/20100624103322/12_Quijano.pdf (acesso em: 01.08.2023).

_____. Colonialidade de poder, cultura e conhecimento na América Latina (Análise). In: Debate no Equador. Descentralização: entre o global e o local, Quito: CAAP (nº 44, agosto de 1998): pp. 227-238. ISSN: 1012-1498. Disponível em: <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/bitstream/10469/6042/1/RFLACSO-ED44-17-Quijano.pdf> (acesso em: 01.08.2023).

REIS, Maurício de Novais; ANDRADE, Marcilea Freitas Ferraz de. O pensamento decolonial: análise, desafios e perspectivas. Revista Espaço Acadêmico - n. 202. março (2018), pp. 1-11. ISSN 1519.6186. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/download/41070/21945> (acesso em: 01.08.2023).